



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Resolução Nº 041/2016-CONSUP DE 14 DE MARÇO DE 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através do Decreto Presidencial de 02 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 06 de abril de 2015, seção 2, página 1, empossado no dia 28.04.2015, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no processo administrativo nº 23051.018319/2015-86.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada de Agricultor Familiar, na modalidade presencial, ofertado no âmbito do Campus Breves deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, conforme deliberação tomada na 40ª Reunião Ordinária do CONSUP, realizada no dia 24 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Apresentar a matriz do curso.

	COMPONENTES CURRICULARES			CHR	CHA	N/C
	NÚCLEO COMUM	MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	12	14.4	C	
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO RURAL		16	19.2	C		
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, AMBIENTAL E AGRÁRIA		12	14.4	C		
MATEMÁTICA APLICADA		16	19.2	C		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO		16	19.2	C		
TOTAL DO NÚCLEO COMUM		72	86.4			
NÚCLEO ESPECÍFICO	COMPONENTES CURRICULARES			CHR	CHA	
	AGRICULTURA GERAL	20	24	C		
	AGROECOLOGIA	32	38.4	C		
	SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR	56	67.2	C		
	SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL	20	24	C		
	TOTAL DO NÚCLEO ESPECÍFICO	128	153.6			
TOTAL DO CURSO				200	240	

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Claudio Alex Jorge da Rocha
Presidente do CONSUP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS BREVES

Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada de
Agricultor Familiar

Breves – Pará

2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
1. JUSTIFICATIVA	06
2. OBJETIVOS DO CURSO	09
2.1. OBJETIVO GERAL	09
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3. PÚBLICO-ALVO E FORMA DE INGRESSO	10
4. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO	11
5. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO	11
6. MATRIZ CURRICULAR	12
7. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	17
8. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	18
9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	19
10. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE	19
11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	20
12. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	21
13. CERTIFICAÇÃO	21
14. REFERÊNCIAS	21

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará /
Campus Breves.

CNPJ: 10.763998/0013-73

Esfera administrativa: Federal

Endereço: Rua Antônio Fulgêncio, S/N, Aeroporto.

Telefone: s/n

Site do Campus: www.breves.ifpa.edu.br

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Carga Horária: 200h

Reitor: Cláudio Alex da Rocha

Pró-Reitor de Ensino: Elinilze Guedes Teodoro

Equipe da Pró-Reitora de Ensino:

- **Diretoria de Políticas de Ensino e Educação do Campo**
Marta Caetano Coutinho
- **Coordenação Geral da Educação Básica**
Gleice Izaura Oliveira
- **Coordenação de Legislação, Registros e Indicadores Educacionais**
Jucinaldo de Freitas Ferreira
- **Equipe Pedagógica**
- Adria Maria Neves Monteiro Araújo (Pedagoga)
- Marcelo Damião Bogoevik (Pedagogo)
- Katarine Christiane Mota Pereira (Assistente Social)

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Ana Paula Palheta Santana

Pró-Reitor de Extensão: Mary Lucy Mendes Guimarães

Pró-Reitor de Administração: Danilson Lobato da Costa

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Raimundo Nonato Sanches de
Souza

Diretor Geral do Campus: Mário Médice Costa Barbosa

Diretor de Ensino do Campus: Alexandre Nunes da Silva

Equipe de Elaboração do PPC: Equipe Multidisciplinar

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem a finalidade de orientar teórico-metodologicamente o percurso formativo do **Curso de Formação Inicial e Continuada em Agricultor Familiar**, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará Campus Breves. A formação inicial e continuada é um processo de ensino e aprendizagem voltada à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e para a elevação de escolaridade, conforme preconiza o artigo 7º, da lei 11.892/2008, especificamente em seu item II, que dispõe que os institutos federais devem ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridades, nas áreas de educação profissional e tecnológica

Assim esse documento é uma possibilidade concreta de transformação e intervenção na vida do aluno assumindo uma dimensão que se reflete na formação pessoal, qualificação profissional e configura-se como uma ação socioeducativa com forte impacto social.

O presente documento se constitui na Proposta Pedagógica do Curso de Formação Inicial e Continuada em Agricultor Familiar a ser ofertado pelo IFPA-Campus de Breves, cuja abrangência ocorrerá na mesorregião do Marajó nos municípios de Breves, Anajás, Afuá, Chaves, Gurupá, Currealinho, Bagre, Melgaço e Portel, de acordo com a resolução nº 17/2013 – CONSUP/IFPA. Ressalta-se que o projeto educacional do IFPA-Campus Breves está inserido num amplo diálogo com os movimentos sociais das águas e das florestas, tais como: Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações e Comunidades Rurais, Empresas Privadas, Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (CODETEM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do PARÁ (EMATER-PARÁ), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Floresta Tropical (IFT) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e diversas entidades governamentais e não governamentais.

A Educação Profissional não é mais concebida como um simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado. Ela é concebida, agora, como importante estratégia para que os cidadãos

tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho. Para tanto, impõe-se a superação do enfoque tradicional da educação profissional, encarada apenas como preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas, em um posto de trabalho determinado.

A nova educação profissional, especialmente a de nível tecnológico, requer muito mais que a formação técnica específica para um determinado fazer. Ela requer, além do domínio operacional de uma determinada técnica de trabalho, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico e do conhecimento que dá forma ao saber técnico e ao ato de fazer, com a valorização da cultura do trabalho e com a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões profissionais e ao monitoramento dos seus próprios desempenhos profissionais.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, elaborados e divulgados pelo MEC, complementando o trabalho desenvolvido pelo CNE, apresentou nos seguintes termos o novo paradigma da educação profissional, com o qual se deve trabalhar e que deve reposicionar os currículos escolares tanto dos cursos técnicos quanto dos cursos superiores de tecnologia, centrados no compromisso institucional com o desenvolvimento de competências profissionais: “Emerge, no novo paradigma da educação e, de forma mais marcante, na educação profissional, o conceito de competência, mesmo que ainda polêmico, como elemento orientador de currículos, estes encarados como conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas. Currículos, portanto, não são mais centrados em conteúdos ou necessariamente traduzidos em grades de disciplinas. A nova educação profissional desloca o foco do trabalho educacional do ensinar para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e futuro”.

Este PPC está pautado nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, e, ainda, nas normativas internas do IFPA. Portanto o mesmo baseia-se no Guia de Cursos FIC em vigor, Resolução nº 0235/2014 – CONSUP, Regulamento Didático Pedagógico do IFPA. À medida que houver alteração nas legislações externas e internas a estrutura do PPC será adequada.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Demandante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e/ou Parceiros

Ofertante: IFPA - Campus Breves

Endereço de Funcionamento: Rua Antônio Fulgêncio, S/N, Bairro Aeroporto, CEP: 68800-000 Breves – PA.

Número de Vagas: Até 270 vagas anuais no âmbito da área de abrangência do IFPA Campus Breves / 30 vagas por turma.

Ano de Oferta: A partir de 2016

Escolaridade Mínima Exigida: Ensino Fundamental I Incompleto

Turno de Funcionamento: Matutino, Vespertino e Noturno

Modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) presencial

Duração: Até 05 (cinco) meses

Carga horária em hora Relógio e em hora-aula: 200 H/R e 240 H/A

1. JUSTIFICATIVA

O IFPA Campus Breves, na perspectiva de inserção na mesorregião do Marajó, em especial em sua área de abrangência (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço e Portel), pretende promover a educação profissional e tecnológica, através do ensino, pesquisa e extensão, articulando os saberes e a diversidade sociocultural para formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável marajoara.

O IFPA - Campus Breves está inserido no Marajó das Águas e Florestas, historicamente conhecido como Estreitos de Breves, formado por inúmeras ilhas separadas por igarapés, furos, canais e estreitos por onde passam as águas do rio Amazonas, e que ao contornarem o sul do território de Marajó acabam se unindo às águas do rio Tocantins. Embora com imensas belezas naturais, a mesorregião do Marajó congrega os municípios com sofríveis Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's), ampliando ainda mais a necessidade e o compromisso institucional em ofertar cursos de acordo com o arranjo produtivo local e integrado ao mundo do trabalho, a fim de contribuir com um novo modelo de desenvolvimento, no caso, sustentável, fundamentado na realidade socioambiental do Marajó.

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios brasileiros, alguns municípios inseridos na mesorregião do Marajó se destacaram por ter os menores índices do País. Para se ter uma ideia, a média do Pará é cinco vezes maior e o município baiano de São Francisco do Conde - o campeão nacional em PIB per capita - tem média 130 vezes maior que o de Currálinho, por exemplo. Ao lado do extrativismo e dos programas sociais do governo federal, o que movimentava o mercado interno dos municípios marajoaras são os empregos públicos nas prefeituras das cidades.

O modelo de modernização da agricultura, sobretudo a agropecuária, conforme os interesses do grande capital impactou na vida de múltiplos sujeitos que migraram para a Amazônia, além das populações tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e remanescentes quilombolas. Atualmente, o agronegócio representa a nova fase da

modernização agrícola, sobretudo através da soja e dendê. A possibilidade da diversificação da produção agrícola através da agricultura familiar, mesmo com sua importância produtiva, não recebeu a devida atenção oficial, além de estar constantemente ameaçada pela hegemonia do grande capital.

Diante deste cenário, a concepção da educação profissional e tecnológica demandada pelos agricultores familiares, se fundamenta na qualificação inicial e continuada para atuarem na realidade de seu agroecossistema, preferencialmente em suas comunidades rurais a partir de uma visão crítica sobre o modelo tecnológico da chamada 'Revolução Verde', ou seja, da homogeneização extrema dos agroecossistemas locais, buscando sua artificialização por meio da utilização de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial.

A crítica a esse modelo fundamenta-se em aspectos sociais, mais expressamente na concentração de terra e renda que esse modelo significa, constituindo a base da história de expulsão e migração de outras regiões que a maioria das famílias aqui estabelecidas tinha vivenciado. Ao mesmo tempo, fundamenta-se em aspectos ecológicos, reconhecendo os danos ambientais que a aplicação desse modelo significa para a Amazônia, com destaque para os desmatamentos.

No que se refere a agricultura familiar, observa-se que a abertura de fronteiras agrícolas na Amazônia tem refletido a imposição de Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento planejados de fora e sem nenhuma discussão ou sintonia com os habitantes locais. Com isso os governos incorreram em erros que tiveram efeitos jamais esquecidos pela humanidade, particularmente na Amazônia: os conflitos, as chacinas, os assassinatos, as torturas e as perseguições principalmente onde os mais atingidos foram os setores marginalizados econômica e politicamente como os povos tradicionais: indígenas, caboclos, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, extrativistas, camponeses, seus filhos e filhas. Em contrapartida, grupos empresariais como fazendeiros, madeireiros, siderurgias, mineradoras, etc. foram privilegiados pelo governo militar e os que lhes sucederam (MICHELOTTI, 2007).

Observa-se que as experiências educacionais pautada na produção sustentável desenvolvidas no Marajó (Casa Familiar Rural de Gurupá e Mapuá e Programa Saberes de Terra), tiveram como meta a sua inserção na luta dos agricultores familiares por condições de se estabilizar na terra e viver com dignidade,

bem como a perspectiva de suprir lacunas e promover um diálogo de saberes entre a academia e os conhecimentos populares que permitam a conformação de sistemas produtivos mais sustentáveis.

A prática da Agricultura Familiar tem representado muito mais que fonte de emprego e renda para milhares de famílias. Tem representado, também, a ampliação da possibilidade da reprodução social e a oportunidade de recuperar a sua identidade a partir da recuperação dos vínculos com a terra e o desenvolvimento de sistemas de produção agropecuários próprios (COSTA, 2000).

A maior produção agrícola vem da Agricultura Familiar, afirmativa feita por pesquisadores, intelectuais e governo, segundo o senso Agrário (IBGE, 2006). Porém, somente nos últimos anos vêm se criando condições e um cenário propício para o reconhecimento do papel social desse segmento que muito influencia na economia do país, diminuindo os bolsões de miséria das periferias urbanas, no emprego de milhões de famílias de Norte a Sul do país.

Esse processo tem garantido e estimulando uma mudança no padrão de produção da agricultura familiar. Fica cada vez mais evidente que a combinação de diferentes sistemas produtivos, a base da diversificação, contribui para resultados mais vantajosos econômica, ecológica e socialmente. Três componentes têm sido apresentados como parte de um projeto de produção familiar sustentável na Amazônia: o uso sustentável da floresta viva através de atividades extrativistas não predatórias; a intensificação e/ou diversificação da produção agropecuária nas áreas já alteradas, com ênfase nos cultivos perenes, principalmente através de Sistemas Agroflorestais (SAF's) e na sua integração com roças e pequenos animais; a agregação de valor à produção através do beneficiamento local através de cooperativas.

Nesse sentido, a formação inicial e continuada através de cursos ofertados pelo IFPA Campus Breves, consolida-se em iniciativas que visam formar, qualificar, requalificar e possibilitar tanto atualização quanto aperfeiçoamento profissional a cidadãos em atividade produtiva ou não no município de sua área de abrangência. Contemple-se, ainda, no rol dessa iniciativa, trazer de volta, ao ambiente formativo, pessoas que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação educativa para dar continuidade aos estudos.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Pará (IFPA) propõe-se a oferecer o curso de formação inicial e continuada em Agricultor Familiar na modalidade presencial, com aulas desenvolvidas no âmbito de cada município de sua área de abrangência, por entender que estará contribuindo para elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o profissional que o mercado de trabalho necessita para garantir a qualidade no atendimento aos clientes.

O Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de **Agricultor Familiar** está inserido no **Eixo Tecnológico Recursos Naturais** que compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Integra a organização curricular destes cursos: Meio Ambiente e Educação Ambiental; Gestão, Associativismo e Cooperativismo rural; Legislação Trabalhista, Ambiental e Agrária; Matemática; Agricultura Geral; Agroecologia; Sistema de Produção Familiar; Silvicultura e Manejo Florestal.

Portanto, consciente do seu papel social e coerente com a meta 11 que trata da educação profissional assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) na expansão do serviço público, estabelecida no Plano Nacional de Educação, o IFPA – Campus Breves toma para si a responsabilidade de formação dos cidadãos, a partir das particularidades na região.

Para o funcionamento, o curso **Agricultor Familiar**, tem-se basicamente a seguinte estrutura: salas de aulas, laboratórios de informática equipados com 40 (quarenta) computadores cada, lousas, data show, condicionadores de ar, equipamentos de rede e de hardware. O campus conta ainda com um espaço de biblioteca, área de convivência, dois auditórios e bloco administrativo do instituto.

2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. OBJETIVO GERAL

Formar/Capacitar estudantes no curso de Formação Inicial e Continuada em **Agricultor Familiar** oportunizando uma formação técnica baseada nos fundamentos da sustentabilidade, respeitando e valorizando os saberes do campo.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar alunos em técnicas de produção em propriedades rurais de pequeno e médio porte. Envolver a família na produção, produzir para a merenda escolar. Analisar as redes sociais e econômicas que garantem a sustentabilidade do pequeno produtor no meio rural.
- Desenvolver a educação profissional, integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- Fornecer conhecimentos profissionais dos direitos e deveres do agricultor familiar na atividade rural;
- Formar cidadãos conscientes da sua função socioambiental;
- Estimular o desenvolvimento sustentável, como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos no campo;
- Enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários ao profissional-cidadão, tais como o domínio da linguagem, raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros.

3. PÚBLICO-ALVO E FORMA DE INGRESSO

O acesso ao Curso FIC de Agricultor Familiar dar-se-á por meio de processo de seleção, aberto ao público ou conveniado, para curso. Sendo que sua oferta poderá ser executada nas diretorias/coordenações e extensão do Campus, norteadas pelas orientações técnico-pedagógicas emanadas da Pró-Reitoria de Ensino e normativas Institucionais da Pró-Reitoria de Extensão e conforme previsto na organização didática do IFPA.

O público-alvo dos cursos ofertados pela IFPA Campus Breves deverá atender, prioritariamente, aos seguintes critérios:

I - Idade mínima: 15 anos; no ato da matrícula;

II – Escolaridade mínima: Ensino Fundamental I Incompleto;

4. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO

O curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Agricultor Familiar, a ser ofertado pelo IFPA Campus Breves tem como perfil formar alunos aptos a trabalhar a produção em propriedades rurais de pequeno e médio porte, envolvendo a família na produção, produzindo produtos destinados a merenda escolar de sua região. Deve ser capaz de analisar as redes sociais e econômicas que garantam a sustentabilidade do pequeno produtor no meio rural.

5. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

5.1. Corpo Docente

Inicialmente, no núcleo específico, vamos atuar com a disponibilidade de corpo docente da Rede de Ensino do IFPA, haja vista que atualmente os campi atuam em regime de parceria institucional, buscando o suporte mútuo com o objetivo comum de dar continuidade ao processo ensino–aprendizagem e efetivar seus projetos pedagógicos de maneira eficiente e eficaz. Iremos também buscar a celebração de convênios com organismos públicos e/ou privados, afim de fortalecermos nossa capacidade de pessoal qualificado e de condições de infraestrutura. Futuramente iremos buscar suprir nossas necessidades de pessoal através da efetivação de concursos públicos na rede federal de ensino.

SERVIDOR	CPF	Titulação	Formação/Função	Regime
Aldrin Mário da Silva Benjamin	433.417.562-72	Mestre	Engenheiro Agrônomo/Docente	DE
Alexandre Nunes da Silva	622.360.40253-53	Especialista	Bacharel em Administração/Docente	DE
Ivaney José Marques Vieira	370.968.502-87	Especialista	Licenciado em Letras/Docente	DE
Dalcione Lima Marinho	706.310.261-34	Mestre	Engenheiro em Ciências Agrárias/Docente	DE
Mário Medice Costa Barbosa	430.806.932-72	Doutor	Bacharel em História Docente	DE
Regis Rivo Ferreira dos Santos	699.855.882-15	Mestre	Engenheiro Civil/Docente	DE
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho	569.157.052-87	Doutora	Engenheira Florestal/Docente	DE

5.2. Quadro 02 - Técnico Administrativo

Técnico	CPF	Titulação	Regime
Assis Farias Machado	756.107.522-72	Pedagogo	40h
Ângela Clea Queiróz Iketani	150.036.472-04	Assistente Social	40h
Marcia Helena Maués De Abreu	305.945.962-20	Psicóloga	40h
Daiane Souza Andrade	010.554.162-18	Técnico Administrativo	40h
Damires Silva De Oliveira	006.146.352-33	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Eliane Alves Melo	994.514.682-34	Auxiliar de Biblioteca	40h
Hosaias Nascimento Dos Santos	702.244.552-49	Assistente de Aluno	40h
Marlene De Souza Andrade	990.130.022-34	Técnico Administrativo	40h
Juniel Rodrigues De Souza	003.322.862-07	Técnico em Enfermagem	40h
Romildo Castor Araújo	971.656.112-15	Diretor de Ensino	40h
Samanda Katrini Barbosa Araújo	012.626.042-73	Técnico Administrativo	40h

6. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso FIC em **Agricultor Familiar**, na modalidade presencial, está organizada por componentes curriculares que se encontram articulados com a matriz e fundamentados na integração curricular numa perspectiva interdisciplinar e orientadas pelos perfis profissionais de conclusão, ensejando ao educando a formação de uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos de uma área profissional, contribuindo para uma formação técnico-humanística.

O Quadro 02 apresenta a matriz curricular do curso, destacando o núcleo comum com carga horária de 72h, e o núcleo específico com carga horária de 128 horas, totalizando 200 horas para integralização dos componentes curriculares. Os itens posteriores apresentam as ementas de cada componente curricular

Quadro 02 – Matriz Curricular do Curso.

NÚCLEO COMUM	COMPONENTES CURRICULARES		CHR	CHA	N/C
	MEIO AMBIENTE	E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	12	14.4	Nota
	ASSOCIATIVISMO	E COOPERATIVISMO RURAL	16	19.2	Nota
	LEGISLAÇÃO	TRABALHISTA, AMBIENTAL E AGRÁRIA	12	14.4	Nota

	MATEMÁTICA APLICADA	16	19.2	Nota
	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	16	19.2	Nota
	TOTAL DO NÚCLEO COMUM	72	86.4	
NUCLEO POLITÉCNICO	COMPONENTES CURRICULARES	CHR	CHA	N/C
	AGRICULTURA GERAL	20	24	
	AGROECOLOGIA	32	38.4	Nota
	SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR	56	67.2	Nota
	SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL	20	24	Nota
	TOTAL DO NÚCLEO ESPECÍFICO	128	153.6	
TOTAL DO CURSO		200	240	

6.1. EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

A seguir será apresentada a ementa dos componentes curriculares, assim como, sua bibliografia básica e complementar.

6.1.1 Núcleo Comum

DISCIPLINA: Meio Ambiente e Educação Ambiental	CH: 12h
EMENTA: Processo educativo de formação e informação orientada para conscientização crítica, preservação e conservação do ambiente. Princípios e estratégias de educação ambiental. A educação ambiental como eixo de desenvolvimento sustentável. Recursos naturais. Água. Poluição. Queimas. Lixo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARCELOS, Valdo. Educação Ambiental: sobre princípios, metodologia e atitudes. Editora Vozes. 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SACHS, Ignay. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. RJ: Garamond, 2 ed. 2002 .	
DISCIPLINA: Associativismo e Cooperativismo Rural	CH: 16h
EMENTA: Associações e cooperativas. Outras formas de associativismo. Planejamento, metodologia e prática do desenvolvimento comunitário. Principais diferenças entre as sociedades cooperativas, associativas, mercantis e sindicatos.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>CRUZIO, Helnom de Oliveira. Como organizar e administrar uma cooperativa. São Paulo: FGV, 2000.</p> <p>_____. Marketing social e ético nas cooperativas. São Paulo: FGV, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>POLONIO, Wilson Alves. Manual das sociedades cooperativas. São Paulo: Atlas, 2004.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Cooperativa de mão-de-obra: manual contra fraude. São Paulo: LTR, 2002.</p> <p>FURQUIM, Maria Célia de Araújo. A cooperativa como alternativa de trabalho. São Paulo: LTR, 2001.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Cooperativas de trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.</p>	
DISCIPLINA: Legislação Trabalhista, Ambiental e Agrária.	CH: 12h
EMENTA:	
<p>Principais requisitos para a relação empregatícia; empregado e empregador rural; Estatuto da terra; leis trabalhistas, contrato de arrendamento; contrato de parceria agrícola; contrato de pecuária; Noções de segurança do trabalho. Direito Ambiental Código florestal, Licenciamento Ambiental e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Política Nacional de Recursos Hídricos. A Lei de Crimes Ambientais.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996.</p> <p>COELHO, José Fernando Lutz. Contrato Agrários: Uma visão Neo-Agrarista. Editora: Juruá. 2006.</p> <p>Equipe Atlas. Estatuto da terra e Legislação Agrária. Editora: Atlas, 2008.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 13ed. São Paulo: Malheiros, 2005.</p> <p>MECUM, A. J. A. V. Acadêmico de Direito. Editora Rideel 12ª edição 2011.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>SOARES, Guido F. S. Direito internacional do meio ambiente: Emergência, Obrigações e Responsabilidades. S P: Atlas, 2001.</p>	
DISCIPLINA: Matemática Aplicada	CH: 16h
Ementa:	
<p>Sistema de numeração, conjuntos numéricos, razões e proporções, porcentagens e problemas do primeiro grau.</p>	

Bibliografia Básica:

IEZZI, G. et al. Matemática e realidade – Ensino fundamental - 5ª série. São Paulo: Atual Editora, 2005.

Bibliografia Complementar:

BIANCHINI, E. Matemática – 5ª série. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

DISCIPLINA: Comunicação e Expressão

CH: 16h

EMENTA:

Disciplina que visa contribuir no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa nos aspectos relativos à organização textual e discursiva voltados ao uso mais eficiente da linguagem por parte do profissional nos diversos contextos enunciativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECHARA, E. Gramática escolar da Língua Portuguesa. 2. ed. ampl. e atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico.

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

MACHADO, A. R. et al. (Org.). Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MACHADO, A. R. et al. (Org.). Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

6.1.2 NÚCLEO ESPECÍFICO

DISCIPLINA: Agricultura Geral

CH: 20h

EMENTA:

Histórico e Bases da agricultura familiar. Educação rural. Evolução da Agricultura Familiar, Revolução Verde, Tecnologias Agrícolas, Preparo de solo, Adubação Orgânica, Adubação Verde, Compostagem e Rotação de Culturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVARENGA, Octavio Mello. **Agricultura Brasileira: Realidade & Mitos**. Editora Revan. 1998.

NEVES, F. N. **Agricultura Integrada: inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtiva**. ATLAS, 2010.

PENTEADO, S. R. **Introdução à Agricultura Orgânica**. Editora Aprenda Fácil, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História Da Agricultura Na Amazônia: da era**

pré-colombiana ao terceiro milênio. Editora: EMBRAPA. EMBRAPA- Amazônia Oriental, 2003.

DISCIPLINA: Agroecologia

CH: 32h

EMENTA:

Princípios agroecológicos, ecossistema e agroecossistema; fluxo de energia e ciclo da matéria; dinâmica das comunidades; relação entre os seres vivos; impacto dos projetos agropecuário no meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALTIERI, A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 2010.
 HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978.
 QUEDA, O. A. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola.** Piracicaba: Esalq/Usp, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARX, C. A. **A origem do capital: a acumulação primitiva.** São Paulo: Global, 1981.
 OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Ática, 1995.
 PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** Brasiliense: São Paulo, 1973.

DISCIPLINA: Sistema de Produção Familiar

CH: 56h

EMENTA:

Preparo do solo para as culturas tradicionais da agricultura familiar; plantio; Principais tipos de propagação; métodos usuais de plantio na região, tratados culturais, colheita; pós-colheita e beneficiamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBINO, L. F. **Criação de Frango e Galinha Caipira: Avicultura Alternativa.** Editora Aprenda Fácil 2ª Edição. 2007.
 BORNE, H. R. **Produção de mudas de hortaliças.** Guaíba: Agropecuária, 1999.
 FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças.** Minas Gerais: UFV, 2003.
 JÚNIOR, A. A. S; Murayama, S. **Horticultura.** 2ª ed. Campinas: Instituto Campineiro e Ensino Agrícola. 1983.
 MALAVAZZI, Gilberto. **Avicultura: Manual Prático.** Editora: Nobel.
 MINAMI, K. **Produção de mudas de alta qualidade em horticultura.** São Paulo: QUEIROZ, T. A. 1995.
 VASCONCELLOS, Paulo Mario B. **Guia Prático para o Fazendeiro.** Editora: Nobel, 16ª Edição 2007;
 WILLIAM, O.; REECE, Dukes. **Fisiologia dos Animais Domésticos.** Editora Guanabara. Koogan 12ª Edição, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável.** Editora Atlas 2007.

PRIMAVESI, A. Manual ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais . São Paulo: Nobel, 1986. PUPO, N. I. H.	
DISCIPLINA: Silvicultura e Manejo Florestal	CH: 20h
EMENTA: Importância econômica da floresta; Manejo florestal comunitário, regeneração da floresta; Produtos madeireiros e não-madeireiros, serviços ambientais, Manejo e implantação de sistemas agroflorestal.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COSTA, M. A. S. Silvicultura geral . Lisboa: Francisco Franco Lola, 1980. HOSOKAWA, R. T. Introdução ao manejo e economia de florestas . Curitiba: UFPR, 1998. SIMÕES, J. W. et al. Formação, manejo e exploração de florestas com espécies de rápido crescimento . Brasília: IBDF, 1981.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BURSZTYN, M. A. A. Gestão Ambiental: instrumento e práticas . Brasília: MMA/IBAMA, 1994. GUT, F. O mercado e o seqüestro de carbono . Revista Silvicultura. São Paulo, 1998. V. R. Comunicações Ltda. São Paulo, v.19, n.75, p.42-48, 1998.	

7. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Curso de Formação Inicial e Continuada em **Agricultor Familiar**, na modalidade presencial busca promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com vista ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Integrar a qualificação para o trabalho e a escolarização, por meio de estratégias que visem à inclusão e à equidade social promovendo uma educação profissional pautada na inclusão social, na cooperação, na integração, no desenvolvimento sociocultural e na inovação tecnológica. Realizando pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Serão desenvolvidas atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, que estimula e apoia processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

8. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino aprendizagem é realizada pela forma contínua, cumulativa, sistemática e por meio de verificação da aprendizagem. Será realizada no período letivo correspondente aos conceitos obtidos nos trabalhos escolares, assim como a apuração da frequência às aulas de cada componente curricular.

Esta avaliação envolve a análise do conhecimento e das técnicas específicas adquiridas pelo aluno e também dos aspectos formativos, por meio da observação de suas atitudes referentes participação nas atividades pedagógicas, à presença as aulas e responsabilidades com que assume o cumprimento do papel.

Os critérios de avaliação estão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares do curso e nos objetivos gerais de formação inicial e continuada.

Os trabalhos escolares e as atividades, para efeito de verificação da aprendizagem, compreenderão testes, relatórios de trabalhos individuais ou em grupos, provas escritas, orais e/ou práticas, projetos e suas defesas e outros trabalhos práticos de acordo com a natureza das disciplinas. Na avaliação de desempenho de cada componente curricular propõem-se dois ou mais instrumentos pelo professor.

Serão atribuídos conceitos, em cada componente curricular, aos trabalhos escolares, relatórios, frequência e outras formas de atividades realizadas em cada período letivo.

Ao término de cada componente curricular será atribuído ao aluno, o conceito de “apto” ou “inapto”. Será considerado “apto” em cada componente curricular, podendo obter os créditos oferecidos pela disciplina no período letivo, o aluno que obtiver aproveitamento a partir de 70% nas atividades relativas à verificação da aprendizagem e que obtiver frequência igual ou superior a 75% em cada componente curricular.

Será considerado “inapto” o aluno que:

I. Obter aproveitamento da disciplina abaixo de 70% nos componentes curriculares do curso FIC.

II. Comparecer a menos de 75% das atividades escolares.

Ficarão dispensados da verificação final apenas os alunos que obtiverem aproveitamento a partir de 70% nas atividades relativas à verificação da aprendizagem, considerados “aptos”.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A equipe pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Breves, composta pela coordenação de ensino, coordenação de pesquisa e extensão, coordenadores de curso, psicóloga, assistente social e direção de ensino, desenvolveu em conjunto ferramentas (formulários de pesquisa) que serão entregues aos alunos para preenchimento ao final de cada período do curso, e com isso colher informações que serão tabuladas e expostas em relatórios que subsidiarão a uma avaliação final do ciclo de oferta.

Nestas ferramentas, serão analisados os critérios como:

- Avaliação das disciplinas e atividades acadêmicas específicas do curso;
- Avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso;
- Avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca)
- Autoavaliação do aluno.

10. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

A metodologia de trabalho no curso FIC de **Agricultor Familiar**, se dará numa perspectiva Inter e Multidisciplinar, integrando as diferentes áreas do conhecimento, observando as especificidades e as necessidades dos educandos. Neste sentido, as aulas serão planejadas com atividades acadêmicas diversificadas, utilizando aulas expositivas dialogadas e interativas, desenvolvimento de projetos, aulas experimentais (em oficinas/ateliês), visitas técnicas, seminários, debates, atividades individuais e em grupo, exposição de filmes, grupos de estudos e outros.

Este processo será acompanhado pela equipe pedagógica através de relatórios sistematizados, acompanhamento de frequência e desempenho escola.

Durante o curso serão desenvolvidas as seguintes ações metodológicas: Elaborar e implementar o planejamento, o registro e a análise das aulas e das atividades realizadas; problematizar o conhecimento, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno, incentivando-o a pesquisar em diferentes fontes; contextualizar os conhecimentos, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção dos saberes; elaborar materiais didáticos adequados a serem trabalhados em aulas expositivas e dialogadas e atividades em grupo; utilizar recursos tecnológicos adequados ao público envolvido para subsidiar as atividades pedagógicas; disponibilizar apoio pedagógico para alunos que apresentarem dificuldades, visando à melhoria contínua da aprendizagem.

A metodologia adotada no curso tem como princípios de dinamização do currículo:

- ✓ Integração entre conteúdos básicos e profissionalizantes, equilibrando teoria e prática;
- ✓ Utilização das redes mundiais de informação;
- ✓ Aula prática em Campo;
- ✓ Pesquisa bibliográfica;
- ✓ Trabalhos complementares.

Na abordagem dos conteúdos, os conceitos são correlacionados com a realidade, procurando atender às necessidades reveladas pelos alunos.

11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Para execução do curso **Agricultor Familiar** teremos a infraestrutura física disponibilizada pelo IFPA - Campus Breves, contando com a seguinte: Laboratório de informática equipado com 40 (quarenta) Computadores, conectados a uma rede local com acesso à internet. Salas de aulas equipadas com quadro branco, sistema de som, instalação de data show, cadeira apropriadas. Acervo bibliográfico do campus. Parceiras com entidade públicas e/ou privadas com objetivo de

proporcionar aos discentes o acesso aos meios necessários para o bom desempenho do ensino-aprendizagem. Além da infraestrutura técnica temos uma biblioteca, uma sala de aula equipada com multimídia e demais equipamentos e utensílios utilizados no curso.

12. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Curso FIC de **Agricultor Familiar** seguirá a legislação brasileira que trata da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, adequando estratégias das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a participação dessas pessoas nesses processos. As estruturas físicas, necessárias à realização do Curso tratado neste Projeto Pedagógico Curso, estão com devidas adequações normativas para atender pessoas com necessidades especiais (rampas, elevadores, corrimãos e etc), conforme previsto no projeto arquitetônico do prédio do IFPA-Campus Breves. Também está prevista a instalação de um Núcleo de Atendimento ao Educando com Necessidades Especiais - NAPNE, que fará todo o acompanhamento e facilitará o acesso à educação de qualidade destes discentes dentro do campus durante todo o decorrer do curso.

Os dispositivos legais que nortearão as ações de inclusão social são:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96;
- Plano Nacional de Educação – PNE. Lei 13.005/2014;
- Lei de Acessibilidade, nº 5.296/2004.

13. CERTIFICAÇÃO

Após a aprovação em todos os componentes curriculares que compõem o Curso de Formação Inicial e Continuada, será conferida ao aluno a certificação em **Agricultor Familiar**, validado pelo representante legal do IFPA Campus Breves.

14. REFERÊNCIAS

BRASIL [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

Brasil 2012. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: < http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/tabela_convergencia.pdf > Acesso em: 05/05/2015

BRASIL, Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago de Marajó, disponível em <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/marajo>, consultado em 10/03/2015.

BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas / Governo Federal, Grupo Executivo Interministerial. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Guia PRONATEC de Cursos FIC. http://pronatec.mec.gov.br/guia_cursos.html Consulta em 02 de julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. < Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > acesso em: 05/05/2015 de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). < <http://pronatec.mec.gov.br/> > Consulta em 02 de julho de 2015 >

DECRETO Federal nº 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art.36 e os Brasil. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Disponível < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm > Acesso em: 05/05/20015

DECRETO. Senado Federal – Subsecretaria de Informações – Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004. Extraído via < http://www.transformare.adm.br/wp-content/uploads/2012/07/04_VALDIR-ANTONIO-VITORINO-FILHO.pdf>, em 02 de Julho de 2015

PARÁ, IFPA Campus Breves. Proposta Político Pedagógico. Breves, 2013. < Disponível em: www.breves.ifpa.edu.br > acesso em 10 Mar. 2015.

PEABIRU. **Diagnóstico Socioeconômico e Cultural do Marajó – Escuta Marajó**, Belém, PA: Instituto Peabiru, 2010.

PORTARIA do Ministério da Educação GM/MEC nº 185, de 12 de março de 2012, fixou diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), nos termos da Lei nº 12.513/11, revogada a Portaria MEC nº 1.569/11 (DOU de 13/3/12, MEC, pág. 11).< Disponível em: <http://searches.safehomepage.com/search/web?fcoid=417&q=cd%2Ffnde%2062%2F11> > acesso em 02 de Julho de 2015

PORTARIA Federal nº 168, de 7 de março de 2013, Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que

trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, < Disponível em: http://prontec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf > acesso em: 02/07/2015

UFPa. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Belém: UFPa, 2012.